

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2007 a 25/06/2013

Indexação: "PEC 31/2007"

Documento 1/2

057.2.54.O	Sessão Extraordinária - 27/03/2012-17:52
CD	
Publ.: DCD - 28/03/2012 - 8751	SANDRO MABEL-PMDB -GO
CÂMARA DOS DEPUTADOS	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO
ORDEM DO DIA	

Sumário

Recorde histórico na arrecadação de impostos pelo Governo Federal. Defesa de apreciação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2007, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

PRONUNCIAMENTO **ENCAMINHADO** **À** **MESA** **PARA**
PUBLICAÇÃO

O SR. SANDRO MABEL (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa noite! Recebi, com espanto, a notícia de que a arrecadação federal que inclui impostos, contribuições federais e demais receitas somou R\$ 71,9 bilhões em fevereiro deste ano, o que representa um novo recorde histórico para fevereiro deste ano.

Dados da Receita Federal apontam que sobre o mesmo mês de 2011, foi contabilizado um aumento real (após o abatimento da inflação) de 5,91%. De acordo com o Fisco, a arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 174,4 bilhões, com alta de 5,99% sobre igual período de 2011.

Em termos nominais, ou seja, com base no que efetivamente ingressou nos cofres da União, a arrecadação cresceu R\$ 19,27 bilhões no primeiro bimestre deste ano.

Este aumento representa um verdadeiro roubo ao bolso do contribuinte. Nosso sistema tributário está falido e não tributa corretamente os cidadãos. A alta carga tributária ataca os mais pobres do País, pois representa mais de 50% da renda e enquanto os mais

ricos ficam com a irrisória fatia de 30%.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, demais ouvintes, o nosso principal objetivo nesta Casa de Leis é fazer com que a população pague menos impostos e tenha mais recursos para honrar os seus compromissos. A PEC 31/2007, que corrige profundamente essas injustiças e propõe uma tributação correta, está parada nesta Casa. Depois de muito trabalho na Comissão Especial conseguimos aprovar o relatório mas o que falta é incluir a Proposta na pauta deste plenário. Não se pode olhar o projeto de forma pontuada, sem considerar o todo. No geral, a proposta é a solução para esta abusiva cobrança de impostos no País.

Um dos pontos importantes é a redução de 20% na carga tributária de quem ganha até cinco salários mínimos, que cairá de 48% para 28%. O que significa que quem recebe R\$ 1 mil por mês, por exemplo, terá R\$ 200 a mais para colocar no bolso.

Goiás, com a reforma, receberá cerca de R\$ 730 milhões por ano para investir na atração de indústrias, gerando mais emprego e renda para a população. Os municípios, que enfrentam dificuldades financeiras, passam a ter acesso aos recursos do PIS e Cofins, reforçando o caixa das prefeituras.

Precisamos aprovar um novo marco tributário e lutar para que estas injustiças sejam corrigidas definitivamente. Não podemos aceitar uma reforma fatiada, pois ela não vai resolver o problema da nossa Nação.

Muito obrigado!

Documento 2/2

181.3.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária 25/06/2013-14:36
- CD

Publ.: DCD - 17/12/2013 -
59779

JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Defesa de manutenção do poder de investigação do Ministério Público. Transcurso dos aniversários dos Municípios de Atibaia, Iepê, Rio Claro e Joanópolis, Estado de São Paulo. Apresentação da Proposta de Emenda à



Constituição nº 166, de 2007, sobre a destinação de percentual de recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM para entes federativos com unidades de preservação ambiental.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o poder investigativo do Ministério Público deve continuar, mas é preciso disciplinar a conduta investigativa, para que se criem mecanismos quanto à responsabilização daqueles que "plantam" algo ou fazem denúncias infundadas.

Sr. Presidente, quero agora saudar várias cidades do meu Estado, como Joanópolis, que ontem completou 135 anos. Saúdo também o Prefeito Adauto e toda a população. É uma cidade que podemos chamar de Pérola do Brasil.

Peço a V.Exa. que dê ampla divulgação a este pronunciamento, em que digo o porquê de um mandato popular, o motivo por que luto nesta Casa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar a população das cidades de Atibaia (348 anos), Iepê (69 anos), Rio Claro (186 anos) e Joanópolis (135 anos), que, na segunda-feira, dia 24, Dia de São João, comemoraram aniversário de fundação. Presencialmente, eu participei das festividades de Joanópolis. Por intermédio do Prefeito Adauto Batista de Oliveira, da esposa dele, Roberta, e do Padre Felicíssimo, quero parabenizar toda a população joanopolense.

Agradeço aos Vereadores daquela cidade, que me concederam, em dezembro de 2012, o título de Cidadã Joanopolense. Sempre deixei claro que, desde a primeira vez em que estive na cidade, eu me senti encantada com a beleza e a leveza de suas represas e montanhas.

Para que a beleza de Joanópolis e de outras cidades turísticas seja mantida, apresentei a Proposta de Emenda à Constituição nº 166, de 2007, que estabelece que até 0,5% da arrecadação federal a ser entregue ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, seja distribuído aos entes federativos que possuam unidades de conservação.



É com orgulho que comunico que, desde o ano de 2010, venho destinando verbas do Governo Federal, por meio de emendas parlamentares, ao Município de Joanópolis. São verbas destinadas para as áreas de agricultura (aquisição de máquinas agrícolas), saúde (ampliação de UBS) e cultura (implantação do Centro Unificado das Artes, o CEU das Artes) do Município, no valor total de 1 milhão e 580 mil reais.

Também devemos trabalhar para que essas cidades invistam em cursos federais, para capacitar a juventude, que vai contribuir para o crescimento da nossa Nação.
